

DO MONUMENTO À PAISAGEM CULTURAL: patrimônio e cidade em Santo André (SP)

FARIAS, LARISSA T. DE (1); TOURINHO, ANDRÉA DE O. (2)

1. Universidade São Judas Tadeu. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo
Rua Taquari, 546, Mooca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 03166-000
larissa.tesubake@gmail.com

2. Universidade São Judas Tadeu. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo
Rua Taquari, 546, Mooca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 03166-000
drea.tourinho@ig.com.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a ampliação do conceito de patrimônio cultural em Santo André, a partir das experiências realizadas nos três inventários de bens culturais em sua área central, desde a noção de monumento ou de bem isolado, presente no inventário realizado em 1998, passando pelas categorias de “ciclos econômicos” em inventário elaborado no ano de 2006, até à aplicação do conceito de paisagem cultural, adotado em inventário realizado em 2009, que tem o potencial de abordar conjuntamente as questões de preservação do patrimônio e políticas urbanas, considerando, portanto, a dimensão urbana do patrimônio cultural e a atribuição de valores materiais e imateriais em um mesmo inventário, contrapondo-se ao inventário tradicional. Apesar de o município ter avançado significativamente em relação às políticas de preservação, ainda é necessário dar outros passos, como a regulamentação de diretrizes claramente definidas nas Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio (ZEIP), que orientem as novas intervenções, bem como a atualização sistemática do inventário, que permita uma avaliação constante sobre lugares de memória existentes no município, ou, ainda, o reconhecimento de outras paisagens ainda desconhecidas. Além disso, há a necessidade em ir além do inventário, a fim de que as ações de preservação possam ocorrer de forma integrada, considerando-se, em especial, a importância da etapa de valorização, raramente realizada, mas que tem o potencial de contemplar a dimensão urbana do patrimônio, importante para sua efetiva proteção.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; paisagem cultural; inventário; Santo André.

A formação do município de Santo André

O município de Santo André tem em sua memória ícones do passado ainda muito presentes. Um desses ícones é João Ramalho, conhecido como seu fundador a partir da formação de um povoado, nomeado em 8 de abril de 1553, de Vila de Santo André da Borda do Campo. Estabeleceu-se nessa região, acima da Serra do Mar, por ser um local estratégico para adentrar o território brasileiro e, além disso, João Ramalho conseguia comunicar-se com os índios, o que facilitaria a colonização. Porém, em 1560, devido a rivalidades com os jesuítas, conflitos com os povos indígenas e dificuldade em cursos d'água próximos ao local onde estavam, a Vila de Santo André foi desativada e transferida para São Paulo de Piratininga, aldeia fundada em 25 de janeiro de 1554 (Armellini, 2008, p. 7).

Segundo Otaviano Armando Gaiarsa (1991, p. 25), “após sua destruição pelos tamoios, S. André adormeceu numa longa e profunda hibernação”, pois o lugar onde estava a Vila de Santo André tornou-se apenas passagem, surgindo diversos caminhos, dentre eles o Caminho do Mar, principal eixo de ligação do litoral ao planalto. Parte dessas terras foi dada como sesmaria, no século XVII, onde foram construídas a Fazenda São Bernardo, área ocupada hoje pelo município de São Bernardo do Campo, e a Fazenda São Caetano, tendo sua atividade econômica voltada à subsistência.

A partir do século XIX, Santo André, “qual Fênix ressurgida das cinzas, desperta lentamente, estendendo suas asas e iniciando um voo com os olhos para o infinito” (Gaiarsa, 1991, p. 25), com a implantação da estrada de ferro São Paulo Railway, inaugurada em 1867, que alavancou a ocupação urbana na região da estação. A ferrovia deveria ligar Santos à Jundiá e ser o principal meio de escoamento de produtos, vencendo o isolamento que o interior ainda sofria, uma vez que para o acessar era preciso vencer o desnível da Serra do Mar. A ferrovia também impulsionou o reuso de caminhos para o interior que já não eram utilizados, como o Caminho do Pilar e a estrada para Mogi, criando uma rede intra-regional (Passarelli, 2005, p. 31).

Essas transformações fizeram com que o principal local de atividades urbanas do povoado, que antes era a igreja, passasse a ser a estação, onde foram instalados armazéns, caracterizando a região como local de troca e comércio. As estações intermediárias foram construídas para atender os povoados menores que surgiam ao longo da linha férrea, com muitos imigrantes, mas seu desenvolvimento foi tardio e lento quando comparado ao núcleo urbano da estação de São Bernardo, hoje Santo André.

Além da ferrovia, outro importante fator que favoreceu o adensamento e desenvolvimento da região foi a chegada da energia elétrica. A empresa Light & Power, com sua usina geradora instalada próxima à Serra do Mar, enviava pouca energia aos povoados já existentes. Coube a A. W. Billings o trabalho de compreender a região e as oportunidades que ali existiam, a partir de sua topografia, para construir uma represa que fornecesse energia em grande quantidade, sendo esse sistema existente até hoje. Foi assinado um contrato com a empresa em 1907, para abastecer a região de São Bernardo e, em 1918, as ruas já possuíam lâmpadas instaladas (Gaiarsa, 1991, p. 42).

Uma das grandes contribuições da ferrovia foi o favorecimento da instalação de indústrias próximas a ela, inclusive com a duplicação da linha férrea, entregue em 1901, que facilitou o transporte de pessoas e de mercadorias. A característica industrial da atual região do Grande ABC iniciou-se no fim do século XIX, com sua mão de obra vinda, principalmente, dos imigrantes que cultivavam as terras pouco férteis na várzea do rio Tamanduateí. As principais indústrias ligavam-se à produção metalúrgica, têxtil, química e de móveis e, junto a elas, surgiu a vida urbana na região, com barbearias, pensões, restaurantes, sapatarias e provocaram a volta do nome Santo André ao distrito que estava consolidando-se, em 1910 (Kleeb, 2002, p. 3). Nesse momento, já existiam as indústrias têxteis Silva & Seabra e Cia ou Fábrica Ypiranguinha e a Lanifício Kowarik, bem como a Fábrica de cadeiras Streiff e algumas olarias, além de indústrias internacionais, após a Primeira Guerra Mundial, como a Indústria Química Rhodia, em 1919.

A expansão urbana ocorreu a partir da abertura de novas ruas ligadas ao Caminho do Pilar, principal eixo de conexão entre a estação ferroviária e os bairros que se formavam mais distantes a ela. Eram estreitas e, até 1920, conformaram vários loteamentos, como o da Villa Ypiranguinha, onde foram construídas casas para atender os operários da Fábrica Ypiranguinha, formando vilas operárias. Além desses, outros loteamentos foram realizados, porém, de forma irregular, resultantes da ausência de política de planejamento urbano no território. (Passarelli, 2005, p. 41).

O desenvolvimento urbano e econômico do Distrito de Santo André levou à transferência da sede de São Bernardo para Santo André. A necessidade de mão de obra para as indústrias e expansão urbana, com oferta de casas para operários, fez com que muitas pessoas migrassem para Santo André. Segundo Gaiarsa (1991, p. 83), a população andreense era de 245.147 habitantes em 1960 e, a fim de atender essa demanda populacional, iniciou-se, nessa mesma década, a verticalização em lotes próximos ao antigo Bairro da Estação, transformando, em alguns pontos, a paisagem urbana que se tinha até então. Símbolo

dessa verticalização foi o edifício do Paço Municipal, construído em 1969, que se destacava na praça cívica, isolada de seu entorno por grandes avenidas.

Na década de 1980, as indústrias em toda a Região do Grande ABC ficaram comprometidas por uma série de fatores. Armelini (2008, p. 10) elenca alguns desses acontecimentos, como: as greves e as exigências promovidas pelos sindicatos, que dificultavam o andamento da produção com paralisações; as facilidades oferecidas pelas cidades interioranas, a partir de impostos e lotes com valores reduzidos; a abertura da economia ao capital externo, que favoreceu a compra de produtos estrangeiros. Uma resposta a esses problemas foi a formação do Consórcio ABC, a partir de 1990, com ações e programas que tinham por objetivo alavancar a economia da região e promover melhorias em outros setores, como educação, saúde e transportes, também afetados pela crise econômica.

Desde então, diversos programas foram implantados no município, inclusive no centro urbano, sendo uma das alternativas adotadas o incentivo ao crescimento de comércios e serviços. Junto a estratégias de desenvolvimento econômico, a Prefeitura Municipal de Santo André pretendeu evidenciar a história e formação do município, a partir de medidas que visavam a valorização de ícones de seu passado e cultura, buscando criar relações de memória e pertencimento da sociedade com a própria cidade.

O interesse pelo patrimônio cultural em Santo André

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural na Região do Grande ABC iniciou-se a partir de dois eventos: o primeiro, em 1980, com o incêndio da Igreja Matriz em Rio Grande da Serra, causado por seus frequentadores que tomaram conhecimento de que a igreja estava em processo de tombamento no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT - e ficaram receosos quanto à impossibilidade de realizar uma reforma de ampliação no bem (Passarelli, 2005, p. 57); o segundo evento ocorreu em 1981, com o incêndio na Vila de Paranapiacaba e com a desativação do sistema funicular de transposição à Serra do Mar. Este último acontecimento levou à criação do Movimento Pró-Paranapiacaba, organizado pelo jornal Diário do Grande ABC (DGABC), arquitetos, engenheiros e interessados em preservação.

Em 1982, o jornal Diário do Grande ABC - DGABC - publicou algumas matérias que discutiam a preservação na região e criticavam a ação de tombamento do CONDEPHAAT

no Estado de São Paulo. Uma das críticas, segundo o arquiteto Rodolpho Mansueto Dini, de Santo André, centrava-se na falta de “uma política a nível nacional do que se entende por preservação de bens culturais, que não se limitam a casarões, mas a uma série de valores que configuram a memória de um povo” (DGABC, 1982). A estação ferroviária de Santo André foi citada também nessa publicação como um conjunto já descaracterizado e abandonado, restando apenas as fotografias.

Em 1983 foi instituída a Comissão Pró-Paranapiacaba pela Prefeitura Municipal de Santo André – PMSA - que, juntamente com os movimentos a favor da preservação da Vila de Paranapiacaba, levaram ao seu tombamento pelo órgão de preservação estadual em 1987, pelo órgão nacional em 2002 e pelo órgão municipal em 2003.

As inquietações com as políticas de preservação do patrimônio cultural trouxeram para a região, em 1986, o Simpósio sobre Memória e Patrimônio Cultural, onde se reuniram representantes de 29 cidades da Grande São Paulo. Foram realizados ciclos de palestras para discutir bens a serem preservados e ações de preservação do patrimônio cultural para cada um dos municípios ali representados, organizados em três eixos temáticos – biblioteca, museu e ambiente urbano - regidos sob o tom de que, segundo o pesquisador Olímpio Serra, “o patrimônio cultural é essencialmente o valor das coisas e não as coisas em si” (Serra apud Solenidade..., 1986, p. 3).

No ano seguinte, a região ainda não havia recebido resultados efetivos vindos do Simpósio de 1986. Com isso, o jornal Diário do Grande ABC publicou a série *Inventários Históricos*, em 1987, sob a coordenação do jornalista e editor Ademir Médici, em que era apontada uma lista, por ele realizada a partir de pesquisas internas no jornal, com moradores e nas prefeituras, de 27 bens a serem preservados. Em uma das publicações sobre Santo André (1987), o jornalista afirma que muita coisa do patrimônio da cidade foi perdida a partir da construção do viaduto que interligava o município de Mauá ao bairro de Utinga, mas que nem mesmo essa grande intervenção foi capaz de dizimar o patrimônio cultural da cidade, constituído por fábricas, estabelecimentos comerciais, escolas, casarões, vilas operárias.

Médici, ainda na série *Inventários Históricos* (1987), destacou a falta de política de gestão do patrimônio cultural em Santo André. Durante as décadas de 1970 e 1980, o município passou por diversas transformações e, quando as intervenções deparavam-se com alguma permanência, não se pensava duas vezes: a atitude tomada era imediatamente a da destruição da permanência para a continuidade da ideia de progresso que a intervenção traria ao município. Algumas vezes, segundo Conrado Bruno Corazza, secretário de obras

na década de 1970, o bem destruído era reconstruído em outro local na cidade, como uma “saída honesta para preservar um bem” (Corazza apud DGABC, 1987, s/p.).

A falta de política de preservação levou ao surgimento de movimentos que lutavam pela preservação do Cineteatro Carlos Gomes, na Rua Senador Flaquer. Um dos últimos remanescentes de cinema de rua, no ano de 1987, transformava-se em estacionamento. Na coluna *As notícias*, do jornal Diário do Grande ABC, questionava-se: “Pelo menos a estrutura do prédio resiste. Não veio abaixo, não deu lugar a edifícios outros. Mas, onde está o velho palco e a velha tela? E as poltronas? E a vida deste espaço cultural inigualável na cidade?” (Médici, 1987, s/p.). O Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (GIPEM) liderou o movimento “SOS Carlos Gomes”, que contou com 23 mil assinaturas de pessoas empenhadas em sua preservação. Essa ação fez com que, em 1990, o Cineteatro fosse desapropriado e declarado como de utilidade pública, com sua inserção no Corredor Cultural (1992) da área central de Santo André.

Já em 1988, a área central do município sofria com a especulação imobiliária. Muitos moradores recebiam propostas para a venda ou locação de suas casas, com objetivo de adquirir esses imóveis para fins comerciais, uma das principais atividades desenvolvidas na região. As características da área central que mais incomodavam os moradores eram a poluição do ar, as transformações urbanas que descaracterizavam a paisagem, além da poluição sonora. Porém, tais problemas eram superados em virtude dos benefícios de residir ali, como proximidade a comércios e serviços, equipamentos culturais e de saúde.

É possível perceber, nas décadas de 1980 e 1990, que houve na região do Grande ABC um acentuado interesse pela memória e pela preservação. Em reportagem de Flávia Benvenga, publicada em 19 de outubro de 1992 (DGABC), o sociólogo José de Souza Martins presumiu que esse fascínio vinha dos trabalhos desenvolvidos pelo GIPEM, a partir da reunião de diversas pessoas interessadas na história e memória da região, cujas discussões ganharam força com o trabalho coletivo do grupo. Do ponto de vista do sociólogo, as greves operárias que ocorreram na década de 1970 na região também deram sua contribuição, uma vez que os trabalhadores passaram a buscar suas origens, ao mesmo tempo em que contavam suas histórias de batalhas e repressões, colocando o homem também como protagonista da história.

O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA –, foi criado em 1990 e, posteriormente, em 1992, foram indicados os primeiros bens para tombamento (Armellini,

2008, p. 37). Grande parte dos bens indicados ao tombamento possuíam uso cultural e integraram o Corredor Cultural, projeto criado durante a gestão municipal de Celso Daniel, em 1997. Esse projeto foi implantado pela gestão urbana, como uma estratégia de requalificação da área central de Santo André, a partir da valorização de seu patrimônio cultural, além de ser uma estratégia de *city marketing* (Vargas; Castilho, 2006), com objetivo de melhorar a imagem da cidade para atrair pessoas e investimentos.

Os Inventários de Santo André

O centro de Santo André recebeu atenção durante a primeira gestão do prefeito Celso Daniel, de 1989 a 1992, quando foi criado o Projeto Centro, com o objetivo de revitalizar a região. Entretanto, como não havia reeleição naquele momento, o projeto foi paralisado durante a gestão seguinte e só em 1997, quando Celso Daniel voltou à Prefeitura do município, o projeto foi retomado com o nome de Centro com Vida, a fim de fazer com que Santo André ganhasse destaque e se tornasse um dos principais pontos da região.

Este projeto era parte integrante do Projeto de Reurbanização e Revitalização do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André, com a proposta da criação do Corredor Cultural, que seria um circuito de visitação aos bens de interesse cultural (Passarelli, 2005). Segundo Souza (2018, p. 57), o Corredor Cultural é a reunião de duas principais narrativas da cidade marcadas pela temporalidade: a primeira narrativa é o que ele chama de epopeia andreense, pois trata do núcleo inicial da cidade no entorno da ferrovia, sempre atrelada à figura de João Ramalho, conhecido como o fundador da cidade, além de existir uma ideia de comunidade, presente até a década de 1960; a segunda narrativa não se liga mais à João Ramalho, mas sim a uma cidade de mercado de capitais, cuja produção cultural é importante para a própria economia da cidade.

O escritório contratado para o projeto de revitalização da região central foi o do arquiteto Décio Tozzi, sendo a cobertura do calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima, principal via comercial da cidade, sua intervenção mais conhecida. Como parte integrante do Relatório dos Resultados da Pesquisa de Uso e Ocupação do Solo da Área Central, foi desenvolvido o Anexo 1 do Relatório que constituiu o Inventário de Bens Culturais de Interesse Urbanístico do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André, em 1998. O inventário foi criado a partir da importância que os bens de interesse cultural possuíam na proposta de revitalização da área central e foram listados imóveis, logradouros e monumentos nesse perímetro. As pesquisas que complementaram o inventário foram

realizadas em jornais, livros, documentos e mapas no acervo do Museu de Santo André e de bibliotecas (Tozzi, 1998).

A organização do inventário foi realizada procurando apresentar os bens culturais na área central de acordo com o período histórico em que foi implantado: 1. Primórdios: a cidade em formação; 2. O avanço da industrialização; 3. Modernidade. Os bens foram identificados, também, segundo categorias de uso: edifícios religiosos; conjuntos residenciais; edifícios residenciais; edifícios públicos; teatros, cinemas e clubes; edifícios escolares; edifícios industriais, comerciais e institucionais; logradouros; monumentos; parques.

É importante salientar o conceito que conduziu o trabalho. Segundo Décio Tozzi (1998), o patrimônio é um conjunto complexo que faz parte de uma cultura, sendo essa cultural o resultado da expressão produzida pela sociedade e que deve se preocupar com a preservação de seu patrimônio, para que as pessoas continuem tendo seus referenciais de memória, “alimentando assim a sua valorização como cidadão consciente de sua posição e auto estima” (Tozzi, 1998, s/p.). Também se indica no trabalho realizado que o inventário necessita de maior aprofundamento, mas que no tempo estipulado para a entrega do trabalho, o escritório não teria tempo hábil para essa tarefa.

Em 2005, o Laboratório de Urbanismo da Metrópole (LUME), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) -, sob coordenação geral da Prof. Dr. Maria Regina Prospero Meyer, foi contratado pela Prefeitura Municipal de Santo André para a elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André, complementar ao Plano Diretor da cidade (Lei municipal 8.696 de 17 de dezembro de 2004), apresentado em 2006.

Para a elaboração do plano de preservação, a equipe procurou definir os conceitos que norteariam seu trabalho. O plano de preservação, a partir do conceito definido pelo IPHAN, deveria estar atrelado ao planejamento territorial, a partir de alguns princípios, como a intrínseca conexão entre desenvolvimento urbano e valor patrimonial, a preservação dos sítios históricos, que são testemunhos das dinâmicas territoriais, econômicas e sociais da cidade, a inclusão da cultura como parte do desenvolvimento da cidade, constituinte de sua estrutura física e humana, a gestão urbana compartilhada, e o processo participativo.

Também adotaram como um dos conceitos principais o de espaços de patrimônio, que seriam espaços onde estão presentes características relacionadas ao patrimônio e que possuem caráter referencial à cidade. Foram identificados 16 espaços resultantes de um levantamento dos bens históricos que formariam os diversos perfis de patrimônio que iriam

integrar o Plano de Preservação (MEYER, 2006, p. 13). Essa listagem de bens históricos foi reunida em um Inventário de Bens Culturais do Município de Santo André, em 2006, sendo esse o segundo inventário para o município até aquele momento. É importante salientar que os bens elencados nesse inventário foram adotados a partir de diversas listas, realizadas por diferentes instituições, como o próprio órgão municipal de preservação, bens indicados pelo jornal Diário do Grande ABC e bens listados no inventário realizado em 1998, entre outros.

Para a organização do inventário, os 16 espaços de patrimônio identificados, de acordo com a equipe que o desenvolveu, foram classificados em tipos de espaço de patrimônio, dependendo de suas características, sendo esses espaços denominados: 1. Espaços especiais com concentração de bens de interesse, 2. Centros de bairro, 3. Concentração de equipamentos, 4. Destacada mudança de tipo de uso do solo, 5. Áreas com permanência industrial.

O levantamento dos bens de interesse foi registrado em fichas, que compõem o inventário. Cada ficha apresenta, através de imagens, a localização do bem dentro do município de Santo André, sua localização dentro do espaço de patrimônio e sua relação com os imóveis vizinhos, além de informações quanto aos usos (original e atual), estado de conservação, ciclo histórico e caracterização tipológica.

Em 2008, a partir da necessidade de se organizar um Inventário de Bens Culturais para o município de Santo André, explícita no Plano de Preservação do Patrimônio Cultural – PPPC - (Capítulo V, Seção II, 2008), o corpo técnico do órgão de preservação municipal iniciou um novo inventário, porém, com sua etapa final ainda não concluída. Tal inventário foi um projeto piloto, iniciado na área central e que, posteriormente, seria realizado nas demais regiões do município.

Gonçalves et. al. (2011, p.154) apresenta a metodologia utilizada para o projeto piloto do inventário em cinco etapas. A primeira etapa foi a definição dos conceitos teóricos que serviriam de base para todo o trabalho, sendo o primeiro deles o conceito de inventário, que “foi compreendido como um instrumento de identificação, conhecimento, difusão e salvaguarda de bens e manifestações culturais” (Gonçalves et. al., 2011, p.154), deixando claro, portanto, o direito que o cidadão tem em se apropriar do meio e da memória, frutos das experiências humanas acumuladas ao longo do tempo e registradas na própria cidade. Essa premissa levou o corpo técnico à procura de um conceito para o inventário em si, de forma que agregasse aspectos materiais e imateriais, permitindo o acesso de todos os

cidadãos à memória e ao patrimônio cultural. Diante disso, buscou-se no IPHAN o conceito de paisagem cultural, que une elementos físicos e manifestações imateriais presentes no espaço urbano.

A segunda etapa foi delinear o perímetro da área de estudo, a partir da formação histórica de Santo André, de sua ocupação inicial e pelos caminhos indígenas criados para acessar o interior. Outro fator importante para a delimitação do perímetro foi a linha férrea São Paulo Railway inaugurada em 1867, que iniciou o primeiro núcleo urbano, o Bairro da Estação. O perímetro de estudo dessa área central, portanto, contemplou os bairros Centro, Casa Branca e parte da Vila Assunção (Gonçalves et. al, 2011, p. 157). Foi também delimitada uma área de entorno imediato, visto que a paisagem não é interrompida e seria importante para o estudo compreender de que maneira esse entorno relacionava-se com o perímetro delimitado.

Constituiu-se na terceira etapa a fase de diagnóstico da região central, em que foram tiradas fotografias quadra a quadra durante quatro meses, buscou-se em fontes primárias e secundárias documentos que mostrassem os aspectos de legislação urbana, socioeconômicos e atividades desenvolvidas na região ao longo do tempo. Estudou-se também a hidrografia e o relevo da área central, de modo a compreender a evolução urbana e reafirmar os limites definidos para o perímetro da área piloto. Com o objetivo de reconhecer as transformações da área e de sua paisagem, foram analisados mapas históricos e também foram reunidos documentos iconográficos no acervo do museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Em seguida, como quarta etapa, ocorreu a delimitação das paisagens culturais presentes no perímetro, com base nas características de cada lugar, resultando em dezoito paisagens culturais identificadas. Cada uma dessas paisagens recebeu um nome representativo, vale destacar a *paisagem exótica*, assim identificada pelo fato de possuir muitas transformações que a fizeram perder sua comunicação com o entorno.

Na quinta etapa ocorreu o estudo mais detalhado de cada paisagem cultural identificada, mas essa etapa ainda não foi concluída. Para cada paisagem foi criada uma ficha de identificação composta por diversas categorias, sendo elas: uso inicial, valor imaterial, estado de conservação, atividades cotidianas e festividades, elementos arquitetônicos, período estimado de construção, calçadas, entorno, sensações, área verde urbana. Cada categoria ainda foi subdividida em outros itens assinalados nos mapas que foram sobrepostos. Essa sobreposição é de grande importância, pois evidencia “níveis diversos de

valoração que serão importantes para identificar bens que ensejam algum tipo de proteção, desde a simples identificação até mesmo níveis de proteção mais restritivos” (Gonçalves et. al. 2010, p. 8).

Esse inventário trouxe importantes resultados para o município. No que diz respeito às políticas de preservação do patrimônio e no planejamento urbano, instituiu-se a Zona Especial de Interesse do Patrimônio (ZEIP) para a área central, no Plano Diretor de Santo André (2010). Outro resultado foi a produção de um vídeo em que foi reconstruída digitalmente, com uso de ferramentas 3D, a paisagem “Povoado da Estação” da década de 1950, que mostra um passeio virtual pela região, tendo como objetivo:

Entender, sob o ponto de vista da escala humana, como é caminhar por aquela área; qual o olhar que o homem guarda dessa região, o que lhe chama atenção, etc. Além disso, pretende-se observar quais as barreiras visuais existentes, quais as possibilidades de deslocamentos a partir de pontos-chaves de localizações, tais como a Estação ferroviária, Catedral do Carmo, Rua Coronel Oliveira Lima (Gonçalves, et. al., 2010, p. 8).

Três Experiências, Conceitos Diversos

Foram realizados três inventários para um mesmo município, mas que diferem entre si, tanto em conceitos, quanto em interesses. Apesar disso, vê-se que em cada um há novos discursos incorporados à preservação, chegando-se à expansão do conceito de patrimônio cultural, a partir da inclusão da paisagem cultural na prática preservacionista.

A primeira experiência de inventário, realizada em 1998 pela equipe de Décio Tozzi, foi realizado por iniciativa do planejamento urbano, que se utilizou do patrimônio cultural da cidade como um atrativo para a requalificação da área central. O *city marketing* foi a estratégia adotada, com o intuito de fazer da cidade uma mercadoria, atraindo pessoas e investimentos para a região e utilizando, para tanto, o patrimônio cultural que possui.

Percebe-se um caráter recorrente nas ações de identificação e valorização do patrimônio que também faz parte desse inventário: a monumentalidade. Desde a década de 1930, é comum nas ações de preservação do patrimônio cultural o reconhecimento de bens isolados de seu entorno urbano, que se limitam à atribuição de valores apenas à materialidade do bem e não aos fatos sociais ali ocorridos, características que não privilegiam a apropriação

do patrimônio pelas pessoas. Pode-se dizer que o projeto Corredor Cultural, para o qual foi realizado esse inventário, foi uma tentativa de criação de cenário, baseado na reconstrução da história de Santo André, com o intuito de fazer com que o centro urbano do município fosse o local da memória andreense.

O inventário realizado em 2005 e 2006 traz em sua elaboração o conceito de espaços de patrimônio, com a intenção de conciliar a preservação do patrimônio em uma escala de planejamento urbano, o que consideraria a dimensão urbana do patrimônio. Com isso, a organização do inventário ocorreu a partir da escala dos bairros que possuíam características julgadas como importantes a serem preservadas.

As fichas desse inventário possuem categorias ligadas à materialidade do bem identificado, como estado de conservação, uso e tipologia. Destaca-se a categoria de “ciclos históricos”, análoga à categoria de “ciclos econômicos” a que Rodrigues (1999, p. 44) refere-se, pois expressa:

Ideia de progresso, decadência e sucessão contínua de atividades exclusivas, o ciclo afigurava-se como forma de situar um bem material nos limites do tempo e do espaço dando-lhe historicidade, embora restrita, pois o critério (...) não atende à complexa rede de relações culturais presentes em um período. (Rodrigues, 1999, p. 44).

Dessa forma, o patrimônio liga-se aos fatos memoráveis da história do município, não abrangendo relações sociais com as quais a população se identificaria. Tais fatos memoráveis são selecionados por um grupo, nesse caso, pela equipe técnica que elaborou o inventário, que não se atentou aos valores que fazem parte do cotidiano dos próprios atores dessa história e, portanto, da cidade.

O terceiro inventário, realizado em 2009, corresponde às discussões da ampliação do conceito de patrimônio cultural, a partir da utilização do conceito de paisagem cultural. A paisagem cultural é entendida pelo IPHAN como um território em que se tem a relação do homem com o meio natural. Ainda é um conceito pouco explorado dentro do campo do patrimônio, devido, em grande parte, à dificuldade de sua compreensão, uma vez que praticamente toda paisagem possui alguma transformação realizada pelo homem.

Uma das premissas do inventário realizado pelo corpo técnico do COMDEPHAAPASA foi conciliar as características materiais e imateriais do patrimônio cultural. A paisagem cultural foi importante nesse momento por tratar da interação do homem com o meio físico, que

expressou na cidade características da própria sociedade. A exemplo dos valores imateriais atribuídos conjuntamente à materialidade, esse inventário apresentou como categorias de identificação as sensações que se percebiam em cada área de paisagem cultural, a partir dos cheiros, elementos luminosos, sonorização, os modos de viver, os valores simbólicos, as atividades cotidianas, dentre outros. Como elementos materiais, além das tradicionais características arquitetônicas, foram apresentadas categorias que levaram em consideração o entorno dos bens de interesse, as áreas verdes urbanas, as calçadas, além de outras categorias.

Apesar de ainda incompleto, a visão de conjunto que se teve da área central, a partir desse estudo de 2009, foi importante para o planejamento urbano, que incorporou o perímetro no Plano Diretor de Santo André (2012) como Zona Especial de Interesse do Patrimônio (ZEIP). Esse foi o resultado concreto do estudo realizado, porém, ainda é necessária a regulamentação de diretrizes para intervenção nessa área, dada a disputa de interesses que há na região central do município, destacando a especulação imobiliária.

Considerações Finais

A ampliação do conceito de patrimônio cultural trouxe novos grupos para a discussão da preservação, que antes se restringia apenas aos órgãos de preservação. Antes, as ações baseavam-se na escolha de bens representantes dos fatos memoráveis da história, ao caráter monumental dos bens, sem os relacionar ao entorno urbano, sendo valorizados a partir de sua materialidade. Hoje, tem-se a valorização da imaterialidade, dos fatos sociais representados a partir de um bem material, além da importância da paisagem urbana como elemento de expressão da sociedade, tanto do passado quanto do presente.

As três experiências em Santo André representaram a trajetória das discussões de preservação do patrimônio cultural, chegando-se à aplicação do conceito de paisagem cultural como um dos conceitos fundamentais para se estabelecer conexão entre a preservação e o planejamento, tendo-se uma visão de conjunto do centro urbano a partir de sua paisagem e da coexistência das características materiais e imateriais em um mesmo instrumento que, portanto, difunde as características “populares” do patrimônio e da relação entre o homem e o meio urbano.

Apesar da preservação do patrimônio cultural em Santo André ter avançado significativamente em relação às políticas de preservação, ainda é necessário dar outros

passos, como a regulamentação de diretrizes claramente definidas, que orientem as novas intervenções dentro do perímetro da ZEIP, bem como a atualização sistemática do inventário que permita uma avaliação constante sobre lugares de memória existentes no município, ou, ainda, o reconhecimento de outras paisagens ainda desconhecidas, como um instrumento a ser aplicado em diferentes locais, desde que respeitadas as particularidades de cada um.

Deve-se atentar, também, para a necessidade do poder público ir além do inventário, a fim de que as ações de preservação - identificação, proteção legal, física e valorização – possam ocorrer de forma integrada, considerando-se, em especial, a importância da última etapa de valorização, que dificilmente é realizada, mas que tem o potencial de contemplar a dimensão urbana do patrimônio, que auxiliará em sua efetiva proteção.

Referências Bibliográficas

BENVENGA, Flávia. Obsessão pela memória assalta a região. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 19 out. 1992.

GAIARSA, Otaviano A. **Santo André: ontem, hoje, amanhã**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991. 362 p.

GONÇALVES, Aguinaldo; LEAL, Fátima R. T.; KLEEB, Suzana C. Reconhecimento de paisagens culturais em Santo André, SP, Brasil: uma experiência de inventário de bens culturais. **Revista CPC**, São Paulo, n. 12, p. 151 – 166, maio/out. 2011. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15685>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

KLEEB, Cecília. **Breve Histórico de Santo André**. Santo André: PMSA, 2002. 7 p.

MEDICI, Ademir. Pesquisadores discutem relação de bens para serem tombados. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 6 set. 1987.

MEDICI, Ademir. Urgência em Santo André na preservação dos bens. Inventário histórico - 5. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 29 mar. 1987. B, 6.

MEYER, Regina M. P. (coord.). **Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André em complementação ao seu Plano Diretor**. Laboratório de Urbanismo da Metrópole - LUME FAU-USP, 2006, volume I e II.

O QUE RESTA da memória cultural do Grande ABC? **Diário do Grande ABC**. Santo André, 18 jul. 1982. Caderno C.

PASSARELLI, Silvia. H. F. **Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro estação São Bernardo (atual Santo André)**. 2005. 193 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Rafael. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007. 151 p.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOLENIDADE com etnólogo marca o início do Simpósio sobre Memória. **Diário de Mogi**. 22 jul. 1986. Primeiro caderno, p. 3.

SOUZA, Leandro C. de. A memória redesenhada: aspectos extrapatrimoniais do Corredor Cultural andreense. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 62, ago. 2018. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/35607/26387>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TOZZI, Décio (Coord.). Inventário de Interesse Urbanístico do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André. **Relatório dos Resultados da Pesquisa de Uso e Ocupação do Solo da área Central**. Santo André: S.C.P., 1998, anexo 1.

VARGAS, Heliana C. (coord.). **Estudo das características das atividades urbanas e de negócios da área central do município de Santo André no processo de revitalização urbana**. São Paulo: FUPAM, LABCOM, 1999.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa (Org.) H. de. Capítulo 1 - Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In:_____. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2006.